



# BARUERI-SP

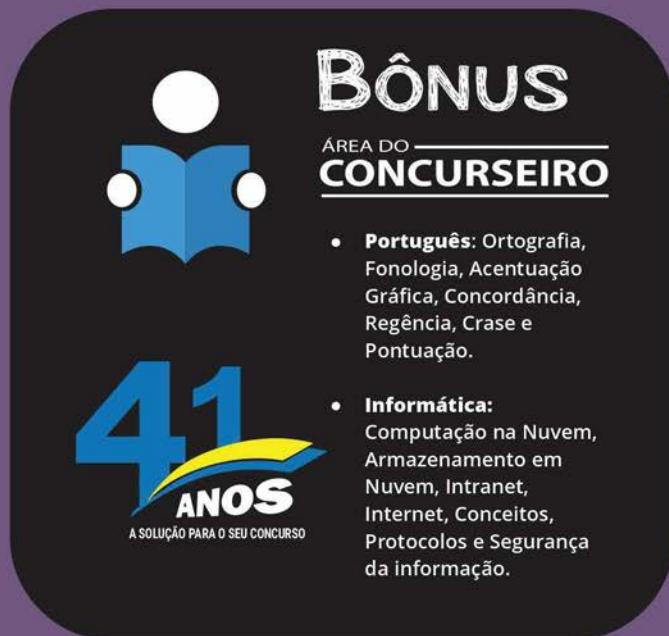
**PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SÃO PAULO**

## AGENTE DE APOIO ESCOLAR

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Matemática e Raciocínio Lógico
- ▶ Conhecimentos Específicos

**INCLUI QUESTÕES GABARITADAS**

**EDITAL N° 01/2025**  
**ABERTURA DE INSCRIÇÕES**



**BÔNUS**  
ÁREA DO  
**CONCURSEIRO**

**41**  
**ANOS**  
A SOLUÇÃO PARA O SEU CONCURSO

- **Português:** Ortografia, Fonologia, Acentuação Gráfica, Concordância, Regência, Crase e Pontuação.
- **Informática:** Computação na Nuvem, Armazenamento em Nuvem, Intranet, Internet, Conceitos, Protocolos e Segurança da informação.



# AVISO IMPORTANTE:

**Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo é apenas uma amostra do conteúdo completo da Apostila.

Aqui você encontrará algumas páginas selecionadas para que possa conhecer a qualidade, estrutura e metodologia do nosso material. No entanto, **esta não é a apostila completa**.

## POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?

- ✗ Conteúdo totalmente alinhado ao edital
- ✗ Teoria clara, objetiva e sempre atualizada
- ✗ Questões gabaritadas
- ✗ Diferentes práticas que otimizam seus estudos

**Ter o material certo em mãos transforma sua preparação e aproxima você da APROVAÇÃO.**

Garanta agora o acesso completo e aumente suas chances de aprovação:  
<https://www.editorasolucao.com.br/>





# BARUERI-SP

PREFEITURA MUNICIPAL DE BARUERI - SÃO  
PAULO - SP

Agente de Apoio Escolar

**EDITAL Nº 01/2025 - ABERTURA DE INSCRIÇÕES**

CÓD: SL- 107DZ-25  
7908433288350

# Língua Portuguesa

1. Ortografia e acentuação .....	7
2. Emprego do sinal indicativo de crase.....	12
3. Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados .....	13
4. Relação do texto com seu contexto histórico .....	16
5. Sinonímia e antonímia; Denotação e conotação .....	25
6. Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre .....	28
7. Intertextualidade .....	31
8. Figuras de linguagem .....	32
9. Morfossintaxe; VOZES DO VERBO .....	35
10. Elementos estruturais e processos de formação de palavras .....	38
11. Pontuação .....	43
12. Pronomes.....	48
13. Concordância nominal e concordância verbal .....	57
14. Flexão nominal e flexão verbal .....	59
15. Correlação de tempos e modos verbais.....	61
16. Regência nominal e regência verbal .....	67
17. Coordenação e subordinação .....	70
18. Conectivos.....	74
19. Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas) .....	81

# Matemática e Raciocínio Lógico

1. Conjuntos numéricos: naturais, inteiros, racionais e reais; Potências e raízes .....	89
2. Múltiplos, divisores, números primos.....	101
3. Sistemas de Unidades de Medidas: comprimento, área, volume, massa e tempo .....	103
4. Razão e proporção: Proporção; Relação entre grandezas.....	108
5. Regra de três simples e regra de três composta .....	109
6. Porcentagem.....	110
7. Juros simples e juros compostos.....	111
8. Equação do 1º grau, equação do 2º grau, sistemas de equações, equações exponenciais e logarítmicas.....	113
9. Funções: afins, quadráticas, exponenciais, logarítmicas.....	123
10. Progressões aritméticas e geométricas .....	136
11. Análise combinatória: permutação, arranjo e combinação; Probabilidade .....	138
12. Estatística básica: leitura e interpretação de dados representados em tabelas e gráficos; medidas de tendência central (média, mediana, moda); Interpretação e elaboração de tabelas e gráficos.....	142
13. Geometria plana: polígonos, circunferência, círculo, teorema de Pitágoras, trigonometria no triângulo retângulo; perímetros e áreas; Geometria espacial: prisma, pirâmide, cilindro, cone e esfera; áreas e volumes .....	146
14. Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações; orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.....	153

---

## ÍNDICE

---

1. Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial .....	156
2. Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas .....	173

# Conhecimentos Específicos

## Agente de Apoio Escolar

1. Organização do trabalho nas unidades de educação de ensino fundamental .....	181
2. Ética e cidadania .....	182
3. Boas práticas de atendimento. Atendimento e orientação aos alunos nos espaços e tempos escolares .....	184
4. Controle e movimento dos alunos nas imediações da escola .....	185
5. Planejamento, Plano individual de atendimento e práticas socioeducativas .....	187
6. Plano Nacional de Convivência Familiar e Comunitária .....	188
7. Noções gerais de higiene .....	191
8. Prevenção de acidentes. Noções de Primeiros Socorros. Normas de segurança .....	192
9. Integração escola x família e comunidade .....	194
10. Educação inclusiva .....	195
11. Combate à discriminação: de gênero, étnica, econômica, de credo .....	201
12. Trabalho em equipe. Relações humanas .....	202
13. Concepções de Educação e Escola .....	203
14. Função social da escola e compromisso social do educador .....	206
15. Organização da escola centrada no processo de desenvolvimento do educando .....	208
16. Lei Federal 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA .....	209
17. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015 e alterações): Título I - Disposições Preliminares: Capítulo I - Disposições Gerais; Capítulo II - Da igualdade e da Não Discriminação; Seção Única - Do Atendimento Prioritário; Título II - Dos Direitos Fundamentais: Capítulo IV - Do Direito à Educação .....	248
18. Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista (Lei nº 12.764/2012 e alterações) .....	252
19. Estatuto dos Servidores Públicos Municipais - Lei Complementar 277/2011 atualizada .....	253

# LÍNGUA PORTUGUESA

## ORTOGRAFIA E ACENTUAÇÃO

### ORTOGRAFIA

A ortografia é o conjunto de normas que regulam a forma correta de escrever as palavras de uma língua, determinando o emprego das letras, dos acentos, do hífen e demais sinais gráficos segundo convenções oficiais. Mais do que um simples código visual, a ortografia é um instrumento de padronização linguística, cuja função é garantir unidade e inteligibilidade entre os falantes do português, independentemente de suas variações regionais. O domínio ortográfico é indispesável, pois representa a adesão à norma-padrão, requisito fundamental para a comunicação formal, a produção de textos oficiais e o uso técnico da língua.

O Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, firmado em 1990 e implementado de forma definitiva no Brasil a partir de 2016, teve como principal objetivo harmonizar a escrita entre as nações que utilizam o português como língua oficial. Esse acordo redefiniu regras de acentuação, emprego do hífen, uso de letras como "k", "w" e "y", além de eliminar grafias duplas e simplificar padrões inconsistentes.

Entre os principais eixos de estudo ortográfico, destacam-se as regras ortográficas gerais, que determinam a escrita padrão das palavras, a utilização do hífen, cuja aplicação segue critérios complexos envolvendo prefixos, vogais e consoantes, e o reconhecimento de homônimos e parônimos, fenômenos que exigem atenção especial, pois envolvem palavras de escrita e pronúncia semelhantes, mas de significados distintos. Esses três eixos são complementares: enquanto as regras ortográficas asseguram a correção gráfica, o hífen organiza a junção de elementos vocabulares e os pares homônimos e parônimos previnem ambiguidades semânticas e falhas de interpretação.

Em síntese, compreender ortografia significa compreender a estrutura visível da língua. As regras ortográficas delineiam o modo como as palavras se fixam graficamente; o uso do hífen organiza a relação entre prefixos e radicais; e o estudo de homônimos e parônimos garante precisão lexical e semântica.

### Regras ortográficas

A primeira dimensão das regras ortográficas envolve o uso correto das letras e dígrafos. O português utiliza o alfabeto latino com 26 letras, após a reintegração das letras *k*, *w* e *y* pelo Acordo Ortográfico. Essas letras, embora raras no vocabulário de origem portuguesa, aparecem em nomes próprios, símbolos e palavras estrangeiras, como em *Washington*, *ketchup*, *playboy* e *byroniano*. Os dígrafos são combinações de duas letras que representam um único som, também podem ser regidos por regras fixas. São exemplos: **ch** (como em *chuva*), **Ih** (como em *filho*), **nh** (como em *banho*), **ss** (como em *passo*), **rr** (como em *carro*), **gu** e **qu** seguidos de "e" ou "i", quando o "u" é pronunciado

aguentar). Saber distinguir dígrafos de encontros consonantais é essencial, pois ambos influenciam a divisão silábica e a grafia correta das palavras.

### Emprego das consoantes e vogais

As regras ortográficas também determinam a ocorrência de consoantes dobradas e o uso adequado das vogais, especialmente nos casos em que há variação fonética ou etimológica. O português brasileiro tende a evitar consoantes duplas, exceto em palavras que as possuem por razões etimológicas, como *submissão*, *ocasião* e *comissão*. Já em vocábulos como *exceção*, *acessório* e *suceder*, a duplicação de consoantes é resultado da estrutura do radical latino. É comum que confundam o uso de **ss**, **sc**, **sç** e **xc**, de modo que compreender a origem e a função dessas combinações é fundamental.

Quanto às vogais, deve-se atentar para as variações entre **e** e **i** ou **o** e **u**, que geram erros frequentes na escrita. Exemplos comuns incluem *exceção* (não "excessão"), *pressa* (não "preça"), *chuva* (não "xuva"), *pudor* (não "podor"). Esses erros não se baseiam em regras de som, mas de convenção, razão pela qual o estudo das palavras irregulares é indispesável.

### Regras de acentuação gráfica

A acentuação é um dos eixos centrais das regras ortográficas, pois garante a correta pronúncia e a diferenciação entre palavras de significação distinta. O Acordo Ortográfico de 1990 simplificou parte dessas normas, suprimindo o acento em alguns casos e mantendo em outros. Permanecem acentuadas as oxítonas terminadas em *a(s)*, *e(s)*, *o(s)*, *em(ens)* (**ex.:** *café*, *só*, *também*), as paroxítonas terminadas em ditongos e as proparoxítonas, todas obrigatoriamente acentuadas (**ex.:** *médico*, *público*, *lógico*), e as paroxítonas terminadas em ditongos (**ex.:** *família*, *história*). Além disso, todas as paroxítonas são acentuadas quando terminadas em: *i(s)*, *us*, *um/uns*, *ã(s)*, *ão(s)*, *r*, *x*, *n*, *l*, *ps*.

• **Exemplos:** *táxi*, *bônus*, *álbum*, *órgão*, *ímã*, *sótão*, *açúcar*, *tórax*, *hífen*, *fácil*, *códex*.

Foram eliminados, entretanto, o acento diferencial de palavras como "pára" (forma verbal) e "para" (preposição), mantendo-se apenas em casos de ambiguidade real (*pôde/pode*, *pôr/por*).

O uso do acento circunflexo também foi reduzido: eliminou-se a duplicação em palavras com vogais idênticas, como "enjoo" (antes *enjôo*) e "leem" (antes *lêem*). Já o trema, sinal que indicava a pronúncia do "u" em palavras como *linguiça* e *tranquilo*, foi abolido, sem alteração na pronúncia.

### Emprego de Maiúsculas e Minúsculas

Outra área de destaque nas regras ortográficas é o uso de letras maiúsculas. Segundo a norma-padrão, as maiúsculas devem ser empregadas no início de frases, em nomes próprios de pessoas, entidades, instituições, localidades, festas e documentos oficiais (Brasil, Ministério da Educação, Constituição Federal). Já as minúsculas prevalecem em nomes comuns e adjetivos derivados de gentílicos (brasileiro, português). O uso excessivo de maiúsculas, comum em textos informais, é considerado inadequado em contextos técnicos e administrativos.

Além disso, há casos específicos em que o emprego da maiúscula é facultativo, como em nomes de cursos, disciplinas e cargos quando não acompanhados de nome próprio

- **Exemplos:** curso de Direito, professor de História, presidente da República.

### Regras do Emprego do “X” e do “Ch”

O uso de “x” e “ch” é um dos tópicos mais recorrentes em questões de ortografia, pois não existe uma regra única que determine sua aplicação apenas tendências. Palavras de origem indígena ou africana costumam empregar “x” (ex.: xará, xangô, xavante); palavras de origem grega ou latina variam conforme a etimologia (ex.: tóxico, fixar, mexer). Já “ch” é mais comum em palavras de origem francesa (ex.: cheque, chofer) ou portuguesa tradicional (ex.: chave, chuva). Em muitos casos, o único modo de dominar a grafia correta é pela memorização sistemática.

#### ► A função social e normativa da ortografia

As regras ortográficas cumprem uma função que ultrapassa a gramática: elas são instrumentos de coesão social e comunicativa. A uniformização da escrita possibilita que documentos oficiais, obras literárias e textos acadêmicos sejam compreendidos por falantes de diferentes regiões e países. Além disso, erros ortográficos podem alterar o sentido de um texto e comprometer a argumentação, motivo pelo qual o treinamento contínuo da escrita correta é indispensável.

#### ► Uso do hífen

O hífen é um sinal gráfico (-) utilizado para unir ou separar elementos dentro da estrutura das palavras, desempenhando uma função essencial na coerência e clareza da escrita. Seu emprego está diretamente relacionado à morfologia do português, pois define como os vocábulos compostos e as formações prefixais devem ser representados. Em textos técnicos, jurídicos e administrativos, o uso correto do hífen é um dos principais indicadores de domínio da norma-padrão. Historicamente, o uso do hífen sempre foi um dos aspectos mais complexos da ortografia portuguesa. Antes do Acordo Ortográfico, as normas eram repletas de casos particulares e inconsistentes. Havia, por exemplo, diferentes regras para palavras com prefixos terminados em vogal (ex.: anti-, auto-, extra-) e para compostos formados por justaposição (ex.: guarda-chuva, segunda-feira). O novo acordo buscou simplificar esse sistema, priorizando a lógica fonética e morfológica da língua. Assim, o hífen passou a ser usado apenas quando necessário para evitar ambiguidade ou choques de sons iguais, e deixou de ser empregado em situações em que a junção dos elementos não alterava a pronúncia.

### Uso do Hífen com prefixos

Há situações em que o hífen é mantido por razões fonéticas. Assim, prefixos como **sub-**, **sob-** e **mal-** conservam o hífen diante de palavras iniciadas por **b**, **h** ou **r**: *sub-bibliotecário, sob-roda, mal-humorado*.

O hífen também é obrigatório quando o prefixo termina em consoante e o segundo elemento começa com a mesma consoante: *inter-regional, super-resistente, hiper-realista*.

Quando as consoantes são diferentes, o hífen não é utilizado: *supermercado, intermunicipal, hiperativo*.

### Hífen em palavras compostas

O hífen também é empregado em palavras compostas de vocábulos formados pela junção de dois ou mais elementos com sentido próprio. De acordo com o Acordo Ortográfico, mantém-se o hífen quando:

- As palavras unidas preservam a noção de unidade semântica, ou seja, formam um significado único.
- **Exemplos:** *Guarda-chuva, beija-flor, segunda-feira, arco-íris, azul-marinho, norte-americano*.
- Esses compostos não são uma simples soma de significados, mas uma nova palavra, cuja compreensão depende da junção dos elementos.
- As palavras são unidas por iguais de significado oposto ou com repetição sonora:
- **Exemplos:** *surdo-mudo, norte-sul, tic-tac, reco-reco, pingue-pongue*.

Nesse caso, o hífen marca a simetria entre os termos e garante clareza semântica.

Entretanto, não se usa o hífen em compostos que perderam o sentido de palavra composta e se tornaram uma unidade lexical estável. Por exemplo: *girassol, mandachuva, paraquedas, pontapé, paraquedista*. Nesses casos, a língua consolidou o vocábulo como uma única palavra, sem necessidade de separação gráfica.

### Hífen em locuções

O uso do hífen não se aplica a locuções sejam substantivas, adjetivas, verbais ou prepositivas, exceto em casos consagrados pelo uso. Assim, escreve-se: *cão de guarda, sala de estar, fim de semana, ponto de vista, cartão de crédito*.

Mas mantém-se o hífen em expressões cristalizadas e de uso tradicional: *à queima-roupa, ao deus-dará, cor-de-rosa, pé-de-moleque, água-de-colônia*.

Esses casos são exceções históricas, mantidas pela tradição e pela consagração no uso cotidiano.

### Hífen com prefixos tônicos e prefixos “bem-” e “mal-”

Os prefixos **bem-** e **mal-** seguem regras específicas, uma vez que o hífen, nesses casos, influencia diretamente a pronúncia e o sentido da palavra.

Com o prefixo **bem-**, usa-se o hífen quando o segundo elemento começa por vogal ou “h”.

**Exemplos:** *bem-estar, bem-humorado, bem-aventurado*.

# MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

## CONJUNTOS NUMÉRICOS: NATURAIS, INTEIROS, RACIONAIS E REAIS; POTÊNCIAS E RAÍZES

O agrupamento de termos ou elementos que associam características semelhantes é denominado conjunto. Quando aplicamos essa ideia à matemática, se os elementos com características semelhantes são números, referimo-nos a esses agrupamentos como conjuntos numéricos.

Em geral, os conjuntos numéricos podem ser representados graficamente ou de maneira extensiva, sendo esta última a forma mais comum ao lidar com operações matemáticas. Na representação extensiva, os números são listados entre chaves {}. Caso o conjunto seja infinito, ou seja, contenha uma quantidade incontável de números, utilizamos reticências após listar alguns exemplos.

Exemplo:  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, \dots\}$ .

Existem cinco conjuntos considerados essenciais, pois são os mais utilizados em problemas e questões durante o estudo da Matemática. Esses conjuntos são os Naturais, Inteiros, Racionais, Irracionais e Reais.

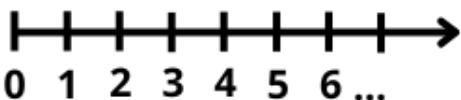
### CONJUNTO DOS NÚMEROS NATURAIS ( $\mathbb{N}$ )

O conjunto dos números naturais é simbolizado pela letra  $\mathbb{N}$  e compreende os números utilizados para contar e ordenar. Esse conjunto inclui o zero e todos os números positivos, formando uma sequência infinita.

Em termos matemáticos, os números naturais podem ser definidos como  $\mathbb{N} = \{0, 1, 2, 3, 4, 5, 6, \dots\}$

O conjunto dos números naturais pode ser dividido em subconjuntos:

- $\mathbb{N}^* = \{1, 2, 3, 4, \dots\}$  ou  $\mathbb{N}^* = \mathbb{N} - \{0\}$ : conjunto dos números naturais não nulos, ou sem o zero.
- $\mathbb{N}_p = \{0, 2, 4, 6, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais pares.
- $\mathbb{N}_i = \{1, 3, 5, 7, \dots\}$ , em que  $n \in \mathbb{N}$ : conjunto dos números naturais ímpares.
- $\mathbb{P} = \{2, 3, 5, 7, \dots\}$ : conjunto dos números naturais primos.



### ► Operações com Números Naturais

Praticamente, toda a Matemática é edificada sobre essas duas operações fundamentais: adição e multiplicação.

#### Adição

A primeira operação essencial da Aritmética tem como objetivo reunir em um único número todas as unidades de dois ou mais números.

Exemplo:  $6 + 4 = 10$ , onde 6 e 4 são as parcelas e 10 é a soma ou o total.

#### Subtração

É utilizada quando precisamos retirar uma quantidade de outra; é a operação inversa da adição. A subtração é válida apenas nos números naturais quando subtraímos o maior número do menor, ou seja, quando quando  $a - b$  tal que  $a \geq b$ .

Exemplo:  $200 - 193 = 7$ , onde 200 é o Minuendo, o 193 Subtraendo e 7 a diferença.

Obs.: o minuendo também é conhecido como aditivo e o subtraendo como subtrativo.

#### Multiplicação

É a operação que visa adicionar o primeiro número, denominado multiplicando ou parcela, tantas vezes quantas são as unidades do segundo número, chamado multiplicador.

Exemplo:  $3 \times 5 = 15$ , onde 3 e 5 são os fatores e o 15 produto. 3 vezes 5 é somar o número 3 cinco vezes:

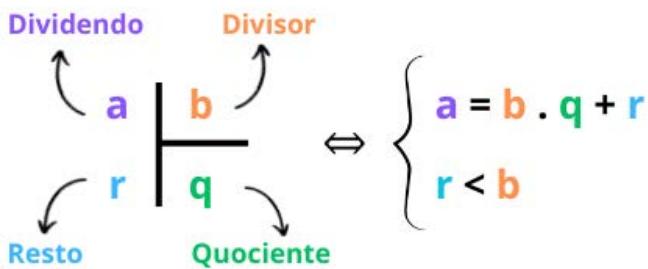
$$3 \times 5 = 3 + 3 + 3 + 3 + 3 = 15.$$

Podemos no lugar do "x" (vezes) utilizar o ponto ". ", para indicar a multiplicação.

#### Divisão

Dados dois números naturais, às vezes precisamos saber quantas vezes o segundo está contido no primeiro. O primeiro número, que é o maior, é chamado de dividendo, e o outro número, que é menor, é o divisor. O resultado da divisão é chamado de quociente. Se multiplicarmos o divisor pelo quociente e somarmos o resto, obtemos o dividendo.

No conjunto dos números naturais, a divisão não é fechada, pois nem sempre é possível dividir um número natural por outro número natural de forma exata. Quando a divisão não é exata, temos um resto diferente de zero.



Princípios fundamentais da divisão de números naturais:

- Em uma divisão exata de números naturais, o divisor deve ser menor do que o dividendo. Exemplo:  $45 : 9 = 5$
- Em uma divisão exata de números naturais, o dividendo é o produto do divisor pelo quociente. Exemplo:  $45 = 5 \times 9$
- A divisão de um número natural  $n$  por zero não é possível, pois, se admitíssemos que o quociente fosse  $q$ , então poderíamos escrever:  $n \div 0 = q$  e isto significaria que:  $n = 0 \times q = 0$  o que não é correto! Assim, a divisão de  $n$  por 0 não tem sentido ou ainda é dita impossível.

#### Propriedades da Adição e da Multiplicação de Naturais

Para todo  $a, b$  e  $c$  em  $\mathbb{N}$

- Associativa da adição:  $(a + b) + c = a + (b + c)$
- Comutativa da adição:  $a + b = b + a$
- Elemento neutro da adição:  $a + 0 = a$
- Associativa da multiplicação:  $(a \cdot b) \cdot c = a \cdot (b \cdot c)$
- Comutativa da multiplicação:  $a \cdot b = b \cdot a$
- Elemento neutro da multiplicação:  $a \cdot 1 = a$
- Distributiva da multiplicação relativamente à adição:  $a \cdot (b + c) = ab + ac$
- Distributiva da multiplicação relativamente à subtração:  $a \cdot (b - c) = ab - ac$
- Fechamento: tanto a adição como a multiplicação de um número natural por outro número natural, continua como resultado um número natural.

Exemplo 1: Em uma gráfica, a máquina utilizada para imprimir certo tipo de calendário está com defeito, e, após imprimir 5 calendários perfeitos ( $P$ ), o próximo sai com defeito ( $D$ ), conforme mostra o esquema. Considerando que, ao se imprimir um lote com 5 000 calendários, os cinco primeiros saíram perfeitos e o sexto saiu com defeito e que essa mesma sequência se manteve durante toda a impressão do lote, é correto dizer que o número de calendários perfeitos desse lote foi

- (A) 3 642.  
(B) 3 828.  
(C) 4 093.  
(D) 4 167.  
(E) 4 256.

Resolução:

Vamos dividir 5000 pela sequência repetida (6):

$$5000 / 6 = 833 + \text{resto } 2.$$

Isto significa que saíram 833.  $5 = 4165$  calendários perfeitos, mais 2 calendários perfeitos que restaram na conta de divisão.

Assim, são 4167 calendários perfeitos.

Resposta: D.

Exemplo 2: João e Maria disputaram a prefeitura de uma determinada cidade que possui apenas duas zonas eleitorais. Ao final da sua apuração o Tribunal Regional Eleitoral divulgou a seguinte tabela com os resultados da eleição. A quantidade de eleitores desta cidade é:

	1 <sup>a</sup> Zona Eleitoral	2 <sup>a</sup> Zona Eleitoral
João	1750	2245
Maria	850	2320
Nulos	150	217
Brancos	18	25
Abstenções	183	175

- (A) 3995  
(B) 7165  
(C) 7532  
(D) 7575  
(E) 7933

Resolução:

Vamos somar a 1<sup>a</sup> Zona:  $1750 + 850 + 150 + 18 + 183 = 2951$

2<sup>a</sup> Zona:  $2245 + 2320 + 217 + 25 + 175 = 4982$

Somando os dois:  $2951 + 4982 = 7933$

Resposta: E.

Exemplo 3: Uma escola organizou um concurso de redação com a participação de 450 alunos. Cada aluno que participou recebeu um lápis e uma caneta. Sabendo que cada caixa de lápis contém 30 unidades e cada caixa de canetas contém 25 unidades, quantas caixas de lápis e de canetas foram necessárias para atender todos os alunos?

- (A) 15 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.  
(B) 16 caixas de lápis e 18 caixas de canetas.  
(C) 15 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.  
(D) 16 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.  
(E) 17 caixas de lápis e 19 caixas de canetas.

Resolução:

Número de lápis: 450. Dividindo pelo número de lápis por caixa:  $450 \div 30 = 15$

Número de canetas: 450. Dividindo pelo número de canetas por caixa:  $450 \div 25 = 18$ .

Resposta: A.

Exemplo 4. Em uma sala de aula com 32 alunos, todos participaram de uma brincadeira em que formaram grupos de 6 pessoas. No final, sobrou uma quantidade de alunos que não conseguiram formar um grupo completo. Quantos alunos ficaram sem grupo completo?

# CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

## ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS UNIDADES DE EDUCAÇÃO DE ENSINO FUNDAMENTAL

### O PAPEL DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NAS ESCOLAS DE ENSINO FUNDAMENTAL

A organização do trabalho nas unidades de educação de ensino fundamental é um dos pilares centrais para garantir o direito à educação de qualidade, conforme previsto na Constituição Federal de 1988. As escolas de ensino fundamental, enquanto espaços institucionais de formação humana e social, demandam uma estrutura de trabalho bem definida, planejada e continuamente avaliada. O sucesso do processo educativo depende, em grande medida, da atuação coordenada entre os diferentes profissionais da educação, do respeito às diretrizes legais e da existência de mecanismos eficazes de gestão.

Nesse contexto, a organização do trabalho escolar se articula a partir de três dimensões complementares: a administrativa, que cuida dos aspectos burocráticos e legais da instituição; a pedagógica, que abrange o planejamento do ensino e da aprendizagem; e a relacional, que envolve a convivência, o ambiente escolar e o desenvolvimento humano. Cada uma dessas dimensões é essencial e interdependente.

A Constituição Federal, em seu artigo 206, estabelece os princípios que regem o ensino no Brasil, dentre eles a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a valorização dos profissionais da educação e a gestão democrática do ensino público. Já a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/96) oferece a base normativa para a organização dos sistemas e instituições de ensino, indicando os parâmetros que devem ser seguidos por estados, municípios e União.

### ESTRUTURA ADMINISTRATIVA DAS UNIDADES ESCOLARES

As unidades de ensino fundamental estão organizadas com base em uma estrutura administrativa que assegura o funcionamento adequado da instituição. Essa estrutura é composta, geralmente, por um corpo gestor formado por diretor, vice-diretor, coordenador pedagógico e equipe de apoio administrativo e técnico. Cada um desses profissionais possui atribuições específicas, definidas por legislações locais (estatutos dos servidores públicos) e normativas educacionais.

O diretor escolar é o principal responsável pela gestão da escola, com funções que envolvem a administração de recursos financeiros, materiais e humanos. Ele também representa a unidade perante a comunidade escolar e as autoridades

O coordenador pedagógico atua no acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, promovendo a formação continuada dos professores e apoiando o planejamento pedagógico. Já o secretário escolar lida com toda a documentação e registros da vida escolar dos alunos e dos profissionais.

Além da equipe gestora, a estrutura administrativa inclui o Conselho Escolar, uma instância colegiada que representa a comunidade escolar e tem papel consultivo, deliberativo e fiscalizador. Composto por representantes de professores, pais, alunos, funcionários e direção, o Conselho é um instrumento importante da gestão democrática, prevista no artigo 14 da LDB.

No nível superior, a Secretaria Municipal ou Estadual de Educação coordena o sistema de ensino, garantindo suporte técnico e financeiro às escolas. Já o Ministério da Educação, por meio de suas secretarias e órgãos vinculados, define diretrizes nacionais, como as da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), e acompanha os planos de educação.

### ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA: PLANEJAMENTO, CURRÍCULO E AVALIAÇÃO

A organização pedagógica é o núcleo da ação educativa nas escolas. Ela se materializa por meio de instrumentos como o Projeto Político-Pedagógico (PPP), o currículo escolar, os planos de ensino e os procedimentos de avaliação da aprendizagem. Cada um desses elementos possui uma função específica na promoção de uma educação de qualidade.

O PPP é o documento que expressa a identidade da escola. Elaborado de forma participativa por toda a comunidade escolar, ele define as diretrizes, metas e ações que nortearão o trabalho educativo. Deve estar alinhado à realidade local e às diretrizes das políticas públicas educacionais. Sua construção deve considerar os princípios da gestão democrática, da inclusão, da equidade e da participação social.

O planejamento pedagógico, por sua vez, organiza o tempo e o conteúdo do ensino. Ele pode ser anual, bimestral ou semanal, e deve contemplar os objetivos de aprendizagem da BNCC. A Base estabelece as competências e habilidades que os estudantes devem desenvolver ao longo da Educação Básica, sendo obrigatória em todo o território nacional.

Já a avaliação da aprendizagem é um processo contínuo, formativo e diagnóstico. Ela serve para verificar o progresso dos alunos, identificar dificuldades e redirecionar as estratégias pedagógicas. A LDB (art. 24, V) determina que a verificação do rendimento escolar deve observar critérios como a avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

## REGIME DE TRABALHO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A organização do trabalho nas escolas também envolve a definição clara das jornadas e regimes de trabalho dos profissionais da educação. A atuação desses profissionais é regulada por legislações específicas, tanto no regime estatutário quanto no celetista, a depender do ente federativo e do tipo de vínculo funcional.

No caso dos professores da rede pública, a jornada de trabalho é estabelecida pelas legislações locais, mas deve observar a regra prevista no artigo 2º da Lei nº 11.738/2008 (Lei do Piso Salarial Profissional Nacional), que determina que 1/3 da carga horária seja destinado às atividades extraclasse, como planejamento, correção de avaliações, formação e reuniões pedagógicas. Esse tempo é conhecido como hora-atividade.

A distinção entre hora-aula e hora-relógio também é relevante. Em muitos sistemas de ensino, a hora-aula corresponde a 50 minutos, enquanto a hora-relógio refere-se aos 60 minutos. Essa diferença impacta diretamente na organização da jornada semanal dos docentes.

Além da jornada, os profissionais têm direito a licenças (médica, maternidade/paternidade, para capacitação) e afastamentos legais previstos nos estatutos e legislações trabalhistas. A valorização do magistério também passa pelo cumprimento desses direitos e pela oferta de condições dignas de trabalho.

## LEGISLAÇÃO E DIRETRIZES OFICIAIS PARA A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO ESCOLAR

A organização do trabalho nas unidades escolares deve respeitar uma série de normas legais que compõem o arcabouço jurídico da educação brasileira. A Constituição Federal, em seu artigo 205, define a educação como “direito de todos e dever do Estado e da família”, devendo ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade.

O artigo 206 traz princípios como a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a gratuidade do ensino público, a valorização dos profissionais da educação escolar e a gestão democrática do ensino público. A Lei nº 9.394/96 (LDB) regula o sistema educacional nacional e organiza a educação básica em níveis e modalidades, incluindo o ensino fundamental como etapa obrigatória e gratuita.

Outro instrumento essencial é o Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas e estratégias para a educação brasileira até 2024, incluindo a ampliação da jornada escolar, a valorização docente e a melhoria da infraestrutura escolar.

Além disso, há normativas específicas do Conselho Nacional de Educação (CNE) e do Ministério da Educação (MEC), como as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental e a BNCC, que devem ser obrigatoriamente seguidas pelas escolas públicas e privadas.

## ÉTICA E CIDADANIA

### ► Conceito de ética

A palavra ética vem do grego *ethos*, que significa “modo de ser” ou “caráter”. Desde a Antiguidade, filósofos como Sócrates, Platão e Aristóteles discutem a importância da ética como base para a vida em comunidade e para o aperfeiçoamento do indivíduo. Enquanto a moral diz respeito a um conjunto de normas, regras e valores compartilhados por uma sociedade, a ética é o campo que questiona e analisa criticamente esses valores. Ou seja, a ética nos permite avaliar se uma determinada conduta moral realmente promove o bem comum e a dignidade humana.

### ► A ética no cotidiano

A presença da ética nas ações do dia a dia é mais comum do que parece. Cada vez que alguém decide devolver um objeto perdido, respeita o espaço do outro, cumpre horários ou evita passar à frente em uma fila, está colocando em prática princípios éticos como honestidade, respeito e justiça. Não se trata de seguir regras por obrigação, mas de agir com consciência e responsabilidade, pensando no impacto que nossas ações têm sobre os outros.

Em casa, no trabalho, na escola ou no convívio social, os dilemas éticos estão sempre presentes. Por exemplo:

- Um estudante colar ou não em uma prova envolve uma decisão ética sobre honestidade.
- Um funcionário denunciar ou não uma irregularidade no ambiente de trabalho pode tocar questões de coragem e integridade.
- Escolher não disseminar fake news nas redes sociais está ligado ao compromisso com a verdade e com o bem-estar coletivo.

### ► Ética e convivência social

Viver em sociedade exige a convivência com pessoas diferentes, com valores, culturas e pontos de vista diversos. A ética serve como uma bússola para essa convivência, pois promove o respeito mútuo, a tolerância e o diálogo. Ela nos ajuda a equilibrar nossos interesses individuais com as necessidades do coletivo, evitando conflitos e promovendo a harmonia social.

A ética também atua como um freio para comportamentos egoístas e discriminatórios. Ao refletir sobre nossas atitudes, nos tornamos mais conscientes de nossas responsabilidades sociais, compreendendo que nossas ações não afetam apenas a nós mesmos, mas também o ambiente em que estamos inseridos.

### ► A importância da formação ética

É fundamental que a ética seja cultivada desde cedo, por meio da educação familiar e escolar. Uma formação ética sólida contribui para o desenvolvimento de cidadãos conscientes, capazes de tomar decisões responsáveis e de agir com empatia e solidariedade. No entanto, a ética não se aprende apenas nos livros: ela é vivenciada no exemplo, no diálogo e nas relações diárias.



# GOSTOU DESSE MATERIAL?

**Então não pare por aqui:** a versão **COMPLETA** vai te deixar ainda mais perto da sua aprovação e da tão sonhada estabilidade. Aproveite o **DESCONTO EXCLUSIVO** que liberamos para Você!

**EU QUERO DESCONTO!**